



SÚMULA DA 341ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CAMPUS FLORIANÓPOLIS

Data: 05/06/2025	Horário: 14:00	Local: Sala de Reuniões
Transmissão: 341ª Reunião do Colegiado do IFSC Câmpus Florianópolis		

Pauta da reunião

- 1) Posse do Representante Externo indicado na 339ª Reunião do Colegiado do Câmpus Florianópolis, sr.ª Ana Elisa Cassal (ACATE).
- 2) Aprovação das atas da 335ª, 336ª, 337ª e 339ª Reuniões do Colegiado do Câmpus Florianópolis:
- 3) Apreciação do Termo de Acordo de Dupla Titulação entre o IFSC (Engenharia Eletrônica) e a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal (ESTSetúbal/IPS – Portugal).
- 4) Criação de projetos que promovam a qualidade de vida no trabalho, como o retorno das atividades físicas realizadas em 2018/2019 e a reestruturação da sala B012 (atual sala de convivência dos servidores), além da necessária recomposição de membros da comissão local de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).
- 5) Conclusão da composição dos suplentes dos segmentos técnico-administrativo, docente e discente no Colegiado.

Abertura da reunião: O Presidente do colegiado Zízimo Moreira Filho saudou à todos conselheiros e conselheiras presentes e registrou a existência de quórum para deliberação, com 10 (dez) dos 16 (dezesesseis) membros efetivos presentes. Em seguida, declarou aberta a reunião e apresentou a pauta do dia: 1. Posse de Representante Externa: A posse da representante externa, inicialmente prevista para a 339ª reunião, não pôde ser realizada nesta data, tendo em vista sua ausência justificada por compromissos previamente assumidos no estado do Rio Grande do Sul. Ressaltou-se que não seria possível a posse em formato remoto, uma vez que é necessário o comparecimento presencial para assinatura do termo. 2. Aprovação das Atas da 335ª, 336ª, 337ª e 339ª reuniões do colegiado: Foram submetidas à apreciação as atas referentes à 335ª, 336ª, 337ª e 339ª reuniões do colegiado. O professor Samuel solicitou que fosse registrado na ata a ausência de envio de ofício previamente acordado com a coordenação de curso, referente à recomposição do quadro. O Colegiado deliberou pela manutenção do ponto de pauta referente à aprovação das atas, mesmo com a observação feita. 3. Apreciação do Termo de Acordo de Dupla Titulação: Foi apresentada a proposta de acordo de dupla titulação entre o curso de Engenharia Eletrônica do IFSC e a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, do Instituto Politécnico de Setúbal. Não houve manifestações contrárias, sendo mantido o ponto de pauta para deliberação. 4. Criação de Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho: Este item gerou debate entre os(as) conselheiros(as). Houve questionamentos quanto à pertinência de o tema ser tratado no âmbito do colegiado,

uma vez que se refere à gestão de espaços físicos e à criação de grupo de trabalho (GT), o que tradicionalmente é atribuição da gestão do campus. Os conselheiros argumentaram que o assunto deveria ser encaminhado inicialmente à gestão, especialmente considerando que o Conselho de Gestão tem caráter consultivo, e que o colegiado deve atuar em aspectos de políticas institucionais. Após discussão, colocou-se em votação a permanência do item na pauta. Com 1 (um) voto contra e 9 (nove) a favor, deliberou-se pela exclusão do item da pauta. 5. Composição de Representantes dos Segmentos Técnico-Administrativo, Docente e Discente: O colegiado discutiu a necessidade de ajustar a terminologia do item. Entendeu-se que, ao se tratar da inclusão de suplentes ainda não nomeados, trata-se da conclusão da composição do colegiado, e não de uma recomposição. A correção terminológica será realizada no momento da emissão da resolução correspondente. O ponto foi mantido na pauta, sem objeções.

Informes: Sem informes.

Primeiro item: Apreciação do Termo de Acordo de Dupla Titulação entre o IFSC (Engenharia Eletrônica) e a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal (ESTSetúbal/IPS – Portugal). O Diretor Zízimo passou a palavra para a docente **Maria Claudia de Almeida Castro** que explanou sobre o ponto. A docente informou que o presente ponto de pauta já havia sido anteriormente sugerido ao Colegiado, tendo passado pelas instâncias competentes, incluindo o Departamento e o Colegiado de Curso, seguindo o trâmite habitual. Destacou que a solicitação inicial foi encaminhada ao Colegiado em agosto do ano anterior, mas, por diversos motivos, não foi possível dar prosseguimento à análise na ocasião. Esclareceu que o projeto de dupla titulação não se refere à criação de uma nova cooperação técnica, uma vez que já existe um acordo de cooperação vigente entre o IFSC e a Universidade de Setúbal. Segundo a docente, o objetivo atual é anexar a área de Eletrônica ao acordo existente, o qual já contempla o curso de Engenharia Elétrica, cujos alunos têm participado do programa de dupla titulação, inclusive com registros nas formaturas. Relatou que foram realizadas reuniões com o professor Armando Pires, da Universidade de Setúbal, e com o professor Felipe Cardoso, também daquela instituição. No âmbito do IFSC, o professor Gobbi foi o principal responsável pela condução das tratativas relacionadas à internacionalização no âmbito da Eletrônica. A docente acompanhou as reuniões e reiterou que a proposta de anexo foi construída conjuntamente entre as duas instituições. Informou, ainda, que o professor Armando esteve recentemente no campus Florianópolis para visitar as instalações do curso de Eletrônica, tendo demonstrado grande apreço pela estrutura e metodologia de ensino adotadas, que, segundo ele, se assemelham à abordagem prática da Politécnica de Setúbal. Durante esse processo, foram realizados pequenos ajustes no documento, sobretudo relacionados a diferenças linguísticas entre o português do Brasil e o de Portugal. Comentou, com tom descontraído, que houve divergências quanto ao uso de acentuação e terminologias, resultando em um texto final com forte influência do português europeu. A docente também mencionou particularidades do sistema acadêmico português, como os ECTS (European Credit Transfer System) e o conceito de esforço acadêmico extra classe. Destacou que houve esforço para garantir a equidade entre os estudantes brasileiros e portugueses envolvidos, tanto em termos de carga horária quanto de requisitos acadêmicos. Explicou que o programa de dupla titulação prevê a realização



de um ano de estudos em Portugal, sendo que os estudantes do IFSC ingressariam no mestrado da Universidade de Setúbal, enquanto os alunos portugueses viriam ao IFSC para concluir o curso e desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Por fim, colocou-se à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, caso houvesse dúvidas por parte dos membros do colegiado. O conselheiro docente **Samuel Hammes Clasen** solicitou esclarecimento quanto ao conceito de dupla titulação, mencionando que, por não ter acompanhado processos anteriores dessa natureza, tinha dúvidas básicas sobre o tema. Questionou se a dupla titulação implicaria que o aluno do IFSC obteria uma titulação válida para o exercício profissional em Portugal, e, de forma equivalente, se o aluno português receberia uma titulação válida para atuar no Brasil e que o conceito de mestrado em Portugal possui definições diferentes das adotadas no Brasil. Assim, ressaltou-se que, no âmbito da proposta em questão, o estudante brasileiro que cursar parte do programa em Portugal obterá o título de mestrado conforme os critérios e definições vigentes naquele país. Esse título não equivale, portanto, a um mestrado reconhecido pelas normas brasileiras. Reforçou-se a importância de esclarecer essas distinções conceituais e terminológicas nos documentos e comunicações relacionadas ao processo, de forma a evitar interpretações equivocadas por parte de terceiros que possam ter acesso aos textos no futuro. O conselheiro docente **Samuel João da Silveira** chamou a atenção para a exigência mínima de 2.520 horas de carga horária, destacando que esta seria alcançada ao final dos seis primeiros semestres do curso. Observou-se que, a princípio, o documento dá a entender que o estudante estaria apto a se candidatar à dupla titulação após a conclusão desses seis semestres. No entanto, ao somar as cargas horárias efetivas desse período, verificou-se o total de 2.448 horas, sendo necessário o acréscimo de mais 72 horas para atingir o mínimo exigido. Foi informado que essa complementação de 72 horas aparece apenas ao final do documento, em um parágrafo repetido posteriormente, o que gerou confusão quanto à localização da informação. Diante disso, foi sugerido que a exigência total da carga horária mínima, incluindo a complementação, fosse apresentada de forma mais clara e já destacada na seção de pré-requisitos. Tal ajuste facilitaria a compreensão dos leitores, evitando equívocos na interpretação do cumprimento dos critérios exigidos. Com isso, o presidente Zízimo passou para o regime de votação. **Encaminhamento:** Foi aprovado pela maioria, com uma abstenção, o Termo de Acordo de Dupla Titulação entre o IFSC (Engenharia Eletrônica) e a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal (ESTSetúbal/IPS – Portugal)

Antes do próximo ponto, o conselheiro técnico administrativo **Romário da Silva Araujo** pediu a palavra para falar sobre o ponto de pauta retirado da reunião e manifestou preocupação quanto à transparência das decisões do Conselho de Gestão, mencionando que as reuniões não são realizadas de forma pública nem transmitidas, o que, em sua avaliação, compromete a visibilidade dos encaminhamentos. Como exemplo positivo, citou a prática atual do Departamento de Ciência da Computação (DCC), onde o chefe de departamento costuma informar as decisões de forma clara aos docentes. O participante afirmou não considerar adequado solicitar ao chefe de departamento que leve a demanda ao Conselho de Gestão, pois entende que questões relacionadas à qualidade de vida no trabalho devem ser conduzidas diretamente pela Direção. Dessa forma, solicitou que, caso o



tema venha a ser discutido no Conselho de Gestão, lhe seja garantida a possibilidade de participar da reunião como conselheiro. Em resposta, o presidente do colegiado informou que a pauta será levada para apreciação do Conselho de Gestão e, caso o conselho entenda como viável, a participação solicitada poderá ser viabilizada, sem impedimentos.

Segundo item: Aprovação das atas da 335^a, 336^a, 337^a e 339^a Reuniões do Colegiado do Câmpus Florianópolis. O Diretor **Zízimo** questionou se havia alguma observação nas atas. O conselheiro docente **Samuel João da Silveira** apontou uma observação na ata da 335^a reunião e sugeriu uma observação na escrita, a ata foi aprovada com essa observação. Logo após, a ata da 336^a reunião foi aprovada sem nenhuma observação. Em seguida, a ata da 337^a reunião foi aprovada sem nenhuma observação e, por fim, a ata da 339^a foi aprovada sem nenhuma observação, apenas um questionamento do conselheiro docente **Samuel João da Silveira** que pediu o retorno do encaminhamento do ponto da suspensão dos cursos integrados em função da demanda e do quantitativo de aulas. A diretora de ensino **Priscila Moura Ortiga** informou que, à época da primeira tentativa de encaminhamento da proposta, o campus se encontrava em período eleitoral. Na ocasião, os chefes de departamento avaliaram que não seria adequado dar continuidade ao processo, por entenderem que o tema poderia adquirir conotação política. Comunicou que, no dia anterior à reunião, o atual chefe do Departamento Acadêmico de Eletrônica (DACE), professor Marcelo, esteve em sua sala, ocasião em que foi agendada uma reunião para o dia 16 (segunda-feira). A referida reunião contará com a presença de todos os chefes de departamento envolvidos na temática, com o objetivo de promover uma primeira conversa e, possivelmente, um encaminhamento definitivo sobre a questão. Encerrando o informe, a docente destacou que esse é o posicionamento atual e o encaminhamento disponível até o momento. **Encaminhamento:** Foi aprovado pela maioria as atas da 335^a, 336^a, 337^a e 339^a Reuniões do Colegiado do Câmpus Florianópolis.

Terceiro item: Conclusão da composição dos membros do colegiado dos segmentos técnico-administrativo, docente e discente. O Diretor **Zízimo** passou a palavra para o conselheiro técnico administrativo **Romário da Silva Araujo** que registrou, a título de esclarecimento, seu desconforto pessoal em relação à composição atual do colegiado. Ressaltou que, naquele momento, era o único representante Técnico-Administrativo presente, e destacou que uma pauta de interesse específico dos TAEs havia sido retirada da reunião, o que, em sua avaliação, evidencia a necessidade de recomposição do colegiado para garantir uma representação mais equilibrada entre os segmentos. O participante defendeu que, em situações como a relatada, seria fundamental a presença de, ao menos, três representantes técnicos, de modo a assegurar a efetiva manifestação dos interesses desse grupo. Acrescentou, ainda, que a questão da representatividade também se estende aos discentes, que atualmente não contam com suplentes, e aos docentes, que contam com apenas um representante titular, o que limita a pluralidade de vozes no colegiado. O presidente do colegiado informou que a composição da Comissão Eleitoral é uma prerrogativa da direção geral, então a direção geral vai compor a comissão, e já elaborar o edital e encaminhar na próxima reunião. A conselheira docente **Luciana da Rosa Espíndola** manifestou surpresa ao constatar, durante sua participação no colegiado, que não houve número suficiente de inscritos para compor

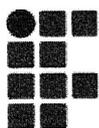


integralmente o quadro de representantes. Ressaltou que a situação não decorre de falhas no processo ou nos trâmites administrativos adotados para a formação do colegiado, mas sim da falta de mobilização por parte dos segmentos interessados. Destacou que, para garantir uma nova composição efetiva e representativa, será necessário promover uma mobilização mais ampla e engajada. Comentou que ações nesse sentido já parecem estar em andamento entre os Técnicos-Administrativos e reforçou a importância de que os docentes também se organizem para garantir a indicação de suplentes, assim como os discentes, que atualmente enfrentam a mesma dificuldade. Por fim, expressou preocupação não apenas com o cenário atual, mas também com a sustentabilidade da participação nos colegiados em gestões futuras, caso a mobilização institucional no campus continue insuficiente. Com isso, o presidente Zízimo passou para o regime de votação. **Encaminhamento:** Por unanimidade, foi aprovada a Conclusão da composição dos membros do colegiado dos segmentos técnico-administrativo, docente e discente.

Encerramento: Antes de encerrar, o conselheiro docente **Samuel Hammes Clasen** pediu a palavra para esclarecer que a principal dificuldade observada na reunião foi a retirada do ponto de pauta relacionado ao QVC (Qualidade de Vida no Trabalho). Reafirmou que a retirada se deu por entender que esse tema deve ser inicialmente discutido em instâncias externas ao colegiado. Ressaltou que, caso haja encaminhamento ou proposta concreta oriunda de grupo de trabalho específico, o tema poderá, então, retornar ao colegiado para deliberação. Mencionou que ainda há dúvidas quanto à instância mais adequada para condução do tema, sugerindo que a Direção do campus, em articulação com o DGP (Departamento de Gestão de Pessoas) ou mesmo o Conselho de Gestão, possa ser o espaço mais apropriado para tratar da questão. Além disso, reforçou a fala de outro membro, que destacou o caráter transversal do ponto de pauta, frisando que, embora tenha sido trazido por um segmento, a proposta abrange todos os servidores do campus. Observou que o material previamente encaminhado não faz distinção entre os tipos de servidores, reforçando seu caráter institucional e abrangente. Concluiu destacando a importância do tema, defendendo que ele deve ser tratado com o devido respeito e ser encaminhado por meio de instâncias formais, a exemplo da Direção ou do Conselho de Gestão, conforme o entendimento da gestão sobre o melhor foro para tal deliberação. Logo após, o conselheiro técnico administrativo **Romário da Silva Araujo** fez questão de reforçar um ponto previamente mencionado em diálogo com o professor Rogério. Destacou que, ao trazer ao colegiado questões relacionadas à qualidade de vida no trabalho, está se referindo às demandas relatadas especificamente por servidores TAEs, dado que é o segmento que representa formalmente. Pontuou que, enquanto representante TAE, não recebe manifestações ou reclamações por parte dos docentes e, por isso, não se sente autorizado a falar em nome desse segmento. Ressaltou, ainda, que sua fala sobre a necessidade de recomposição do colegiado — incluindo TAEs, discentes e docentes — tem como objetivo garantir a pluralidade da representação, mas que seu canal de diálogo está restrito ao segmento que representa. Acrescentou que, se em algum momento suas colocações anteriores foram mal interpretadas, não houve a intenção de afirmar que os docentes não enfrentam questões relacionadas à qualidade de vida no trabalho. O representante reiterou a importância de respeitar os limites de cada representação no colegiado e a necessidade de escuta e mobilização de todos os segmentos. Em



seguida, a conselheira docente **Luciana da Rosa Espíndola** compartilhou sua percepção sobre a importância de fortalecer os laços institucionais entre os diferentes segmentos. Relatou que, por estar no mesmo departamento de um representante TAE, sente-se à vontade para dialogar e fazer solicitações, justamente pela proximidade e pelo convívio no ambiente de trabalho. No entanto, reconheceu que, ao se deparar com colegas de outros departamentos, sente certa dificuldade em estabelecer esse mesmo tipo de interlocução, o que levanta a reflexão sobre a amplitude da representação no colegiado. A docente afirmou compreender sua responsabilidade institucional não apenas como representante do segmento docente, mas como integrante de uma comunidade mais ampla, que inclui discentes e técnicos-administrativos. Nesse sentido, declarou sentir-se responsável por contribuir com as demandas e reflexões de todos os segmentos, sempre que possível, e colocou-se à disposição para colaborar também com as questões trazidas pelos TAEs, reforçando a importância da atuação integrada no colegiado. Concluiu destacando que, embora existam pautas com maior afinidade e profundidade de conhecimento dentro de cada segmento, é fundamental que os membros do colegiado adotem uma postura institucional, voltada ao bem coletivo. Ressaltou que esse tipo de postura fortalece o papel do colegiado como espaço de construção conjunta e de representatividade plural, especialmente diante de temas urgentes e transversais. Por fim, o **presidente Zízimo** finalizou informando que existe uma comissão formalmente nomeada por meio de portaria emitida em 2023. A coordenação comunicou que já iniciou os contatos com os integrantes da comissão e sugeriu que o servidor Romário assuma a presidência da mesma, com a responsabilidade de conduzir os trabalhos, convocar os membros e organizar as pautas pertinentes. Propôs-se, ainda, a recomposição da comissão, de modo a garantir sua efetividade, e recomendou-se que o novo presidente reúna o grupo para elaboração de um plano de trabalho. A sugestão foi acolhida de forma positiva pelo técnico administrativo Romário que aceitou o convite. Não havendo outros temas a serem discutidos, a reunião foi encerrada às 15h39, com agradecimentos a todos os participantes.



341ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COLEGIADO DO CAMPUS FLORIANÓPOLIS
05/06/2025

LISTA DE PRESENÇA

Nome Completo	Assinatura
Zízimo Moreira Filho (Presidente)	
Priscila Moura Ortiga (Diretora de ensino)	
Vanessa dos Santos Grando (Diretora de Administração)	
Rogério de Souza Versage (Diretor de Pós-graduação, pesquisa e Extensão)	
Adriano Nezello Schneider Pizzatto Heis (1º Docente)	
Luciana da Rosa Espíndola (2º Docente)	
Samuel Hammes Clasen (3º Docente)	
Samuel João da Silveira (1º Docente Suplente)	
Antônio Cesar Costa (1º TAE Titular)	
Diogo Melcher dos Santos (2º TAE Titular)	
Romário da Silva Araujo (3º TAE Titular)	
Ana Elisa Cassal (ACATE)	
Caroline Burlet (CREA-SC)	
Beatriz Regina de Lima (1º Discente Titular)	
Laura de Souza Sehnem (2º Discente Titular)	
Manuella Soares dos Santos (3º Discente Titular)	
Fábio Henrique Guimarães (Secretário)	
Maria Cláudia de Almeida Costa	

